



Partindo de um novo conceito de contraditório e de uma nova concepção de accertamento da verdade fática processual, principalmente com a adoção da colaboração premiada no sistema acusatório brasileiro, a paridade de armas ganha força para reservar às partes um inovador protagonismo no processo penal brasileiro. Esta obra apresenta ao leitor as nuances de um olhar moderno e eficaz para a compreensão de uma nova roupagem do devido processo legal, ora pela ótica do justo processo.

Welton Roberto

Prefácio
René Ariel Dotti

PARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO PENAL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica

PROCESSO PENAL,
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins

TEORIA GERAL DO PROCESSO,
DIREITO PENAL, INTRODUÇÃO
AO ESTUDO DO DIREITO.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE DIREITO,
ADVOGADOS, JUÍZES, MEMBROS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO,
DEFENSORES PÚBLICOS.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003002

R642p

Roberto, Welton

Paridade de armas no processo penal / Welton Roberto; prefácio de René Ariel Dotti. 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2021.

187 p.; 14,5 x 21,5cm

ISBN 978-65-5518-185-2

1. Processo penal. 2. Teoria geral do processo. 3. Direito penal. I. Dotti, René Ariel. II. Título.

CDD: 341.43

CDU: 343.1

Welton Roberto é Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Processo Penal pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ph.D. em Justiça Penal Internacional pela *Università degli studi di Pavia* – Itália. Professor e advogado criminalista.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
René Ariel Dotti	19
POR UMA NOTA INTRODUTÓRIA	31
CAPÍTULO 1	
O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O MODELO DE PROCESSO PENAL	39
1.1 A hoste embrionária do devido processo legal	39
1.2 A evolução conceitual e o elemento de garantia ao processo	45
1.3 Natureza jurídica e elementos componentes do devido processo legal.....	52
1.4 Consectários principiológicos decorrentes do devido processo legal.....	60
1.5 O devido processo legal e o justo processo penal: uma imbricação propositiva.....	62
CAPÍTULO 2	
O CONTRADITÓRIO E SEU ALCANCE PRINCIPIOLÓGICO.....	69
2.1 Os sistemas processuais de prova sobre o acerto da verdade fática penal. Método de falibilidade humana ou reconstrução perfeita da verdade histórica?.....	69
2.2 Natureza conceitual do contraditório. O contraditório como fomento ao direito de defesa	80
2.3 O contraditório como consectário idealizador do processo: a regra de ouro na formação da prova. Os elementos componentes do contraditório	87
2.4 Posição no sistema jurídico. Contraditório subjetivo e contraditório objetivo. A esgrima ideológica entre o argumento e a reconstrução do fato histórico na formação da prova mediante a utilização do contraditório	92
2.5 O princípio do contraditório: novos aspectos dogmáticos e as implicações processuais penais. A investigação defensiva.....	101
CAPÍTULO 3	
A PARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO PENAL	107
3.1 A paridade como princípio inafastável do devido e justo processo legal: uma visão garantista.....	107
3.2 A decorrência dogmática, a condição de validade processual e seu delineamento procedimental.....	115
3.3 A necessidade da autonomia principiológica.....	118
3.4 Paridade de armas e os atores desiguais	120
3.5 Desnívelamento das armas em razão dos discursos punitivos de proteção social: a atividade antiparitária	125
3.6 O fantoche da proteção social na retórica utilitária do arbítrio judicial: a busca maquiavélica da “verdade verdadeira” em detrimento da imparcialidade como mecanismo de garantia da paridade de armas.....	133

CAPÍTULO 4	
A PARIDADE DE ARMAS SOB O ÂNGULO	
DOG MÁTICO	139
4.1 As medidas cautelares de urgência sob o signo da paridade: buscando o equilíbrio	139
4.2 A ação penal sob o signo da paridade: seu enfoque constitucional de validez do processo	148
4.3 A produção probatória e o tratamento paritário: o direito de se defender provando	152
4.4 A sentença judicial em foco: o espelho da parcialidade humana. O tratamento paritário no acertamento da verdade fático-processual	160
4.5 O tratamento recursal sob o efeito do duplo grau de jurisdição e a paridade de armas entre os recorrentes	166
4.5.1 O duplo grau de jurisdição sob o signo da paridade de armas	172
CONCLUSÕES, PREMONIÇÕES E ESPERANÇAS	
PROCESSUAIS JUSTAS	177
REFERÊNCIAS	183